



Vetos são apreciados e parlamento vota novos projetos

40 anos do golpe na democracia

Em ato solene na noite de 1º de abril, presos políticos, anistiados, estudantes, parlamentares, representantes da sociedade civil organizada, autoridades governamentais, entre elas o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, lembraram o processo que derrubou, em 31 de março de 1964, o governo João Goulart, eleito democraticamente. Instalou-se um regime de exceção no país, provocando vinte anos de estagnação no desenvolvimento social, cultural, educacional e político dos brasileiros.

A data foi marcada no parlamento por uma exposição de documentos e fotos da época, que permanecerá aberta ao público até o dia 7, um debate na TV AL, uma mostra de cinema e um encarte especial nesta edição do *AL Notícias*.



Ato solene no plenário da Assembleia Legislativa lembra o golpe militar de 31 de março de 1964

(foto Carlos Kilian)

Os deputados apreciaram as 20 mensagens de veto que estavam trancando a pauta de votações, derrubando sete rejeições apostas pelo Executivo, mantendo as outras 13.

Vencida esta pauta, o plenário deu seu aval a mais oito projetos parlamentares, como os que criam o *Programa de Aproveitamento de Alimentos Não-consumidos* e o *Comitê Técnico Intersetorial de Acompanhamento de Notificações de Violência contra a Mulher*, além de proposição proibindo a comercialização de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos da rede pública de ensino fundamental, médio, superior ou técnico.

— Páginas 6 e 7

Parlamento festeja com o Bolshoi

Nas comemorações dos quatro anos da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, no dia 27, sábado, no palco do Centreventos Cau Hansen, em Joinville, a Assembleia foi representada pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT). Os mais de 300 alunos da Escola brindaram uma platéia lotada de pais, parentes, população em geral e muitas autoridades. Antes, foram assinados diversos convênios e concretizadas doações para a construção da sede própria da Escola, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer.



(foto Aiceu Bett)

Mantido calendário normal em 2004

Sem consenso das lideranças partidárias, a Mesa da Assembleia Legislativa, na manhã de quarta-feira (31), durante a reunião semanal decidiu pela manutenção do calendário normal das atividades parlamentares.

O presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), submeteu à apreciação dos integrantes da Mesa a proposta do calendário especial apresentada por alguns líderes de bancada para o período eleitoral deste ano. Somente haverá alteração nos dias de sessões na Assembleia se todos os partidos fecharem em torno de uma mesma proposta. (MOR)

Código de ética do poder público

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa o Projeto de Lei 305/03, de minha autoria, que institui a Comissão Estadual de Ética Pública. A ela caberá a elaboração e revisão das normas que dispõem sobre a conduta ética na administração pública estadual, bem como o acompanhamento do cumprimento do Código de Conduta da Administração Estadual.

A Comissão terá como principal função orientar o funcionalismo a respeito de conflitos éticos surgidos no exercício de suas funções, agindo desta forma como um instrumento de segurança para os próprios administradores públicos. Vai também receber denúncias sobre atos praticados por qualquer agente público ligado ao governo do Estado, procedendo em seguida à apuração de sua veracidade. Terá, ainda, a obrigação de comunicar ao denunciante as providências que foram adotadas.

Cria-se, desta forma, possibilidade do cidadão denunciar livremente qualquer tipo de conduta antiética de servidores públicos, de carreira ou comissionados. Mais do que isso, dará ao denunciante a possibilidade de saber o que ocorreu após a sua queixa, não deixando que a mesma caia no vazio.

Para proteger os funcionários públicos de acu-

sações infundadas ou com fins políticos, a Comissão somente aceitará denúncias fundamentadas e com a identificação do reclamante.

A Comissão será formada por quatro membros, dotados de notórios conhecimentos da administração pública estadual, escolhidos e designados pelo governador. Eles não serão remunerados por este trabalho, por tratar-se de um relevante serviço público. Desta forma, não se onera o Erário. Ao contrário, está sendo criado mais um instrumento para preservá-lo da malversação.

Os integrantes da Comissão irão cumprir mandato de três anos, podendo ser reconduzidos para um novo período. Uma vez nomeados, não poderão ser substituídos, salvo diante de falta grave ou de outra situação prevista no regimento interno do funcionalismo público.

Agora, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia irá realizar diversas audiências públicas para coletar sugestões dos cidadãos de todas as regiões do Estado, com o objetivo de aprimorar este projeto. É fundamental que a comunidade e os próprios servidores públicos participem destes fóruns de debate, trazendo suas contribuições. Porque, certamente, o Estado e os próprios servidores só têm a ganhar em transparência com a instituição desta Comissão.

João Paulo Kleinübing (PFL)

Os anos de chumbo e os homens de fibra

No final de março de 1964, um golpe de estado implantou no Brasil uma ditadura que ninguém esperava que durasse mais de duas décadas. O impacto que os anos de autoritarismo produziram em nossa cultura política é muito difícil de dimensionar. Toda uma geração de brasileiros foi formada em um contexto de cultura do medo, de censura, de prepotência de centralização político-administrativa e de corrupção.

O cenário político internacional marcado pela guerra fria e pela revolução cubana, que ocorreu poucos anos antes e assumiu caráter socialista, contribuíram para emoldurar o quadro terrível do golpe ocorrido no Brasil. Entretanto, a intervenção imperialista dos Estados Unidos, através da atuação clandestina da CIA, contribuíram para levar à ditadura militar.

As classes dominantes de nosso país se valeiram muito do discurso anticomunista e do terrorismo de Estado para manter seus privilégios, agravando ainda mais nossas enormes desigualdades sociais. A censura ajudou a acobertar os escândalos de corrupção. As elites aprofundaram a prática de privatizar os lucros e socializar as perdas. As empresas estatais eram geridas por militares. Com as obras faraônicas, o endividamento público se multiplicou. O país cresceu, enriqueceu, e o povo trabalhador, que construiu esta riqueza, continuou cada vez mais pobre.

No final de abril de 1984, a população brasileira tomou as ruas em manifestações que reivindicavam eleições diretas para a presidência da República. Nessa época, os movimentos sociais puderam se manifestar porque nos tempos mais difíceis houve quem mantivesse acesa a chama da liberdade.

Da ditadura militar ficaram lições que nunca devem ser esquecidas. Uma das mais belas páginas de nossa história foi escrita por aqueles que representaram a resistência democrática. Aqueles que não se curvaram ante as baionetas e os coturnos, não deitaram candidamente sua cabeça nos ombros de generais, nem acenaram cinicamente de sacadas palacianas ao lado de ditadores para o povo em fúria na praça. Se hoje podemos escolher livremente nossos governantes, não podemos ignorar que devemos isso aos que, com sua fibra e sua coragem, resistiram ao autoritarismo e defenderam a democracia e a liberdade.

O passado não pode ser mudado, como muitos gostariam. Para alguns, é motivo de vergonha e deveria ser esquecido ou ignorado. Para outros, que lutaram e resistiram, como por exemplo o ministro José Dirceu, o passado é motivo de grande orgulho. Sim, ele é um brasileiro que pode ser citado como exemplo do nosso povo, pois se mostrou capaz de honrar nossas melhores tradições de solidariedade e de amor à liberdade.

Wilson Vieira - Dentinho (PT)

Servidores elaboram planejamento do ano

Nos dias 25 e 26 de março, a Assembléia Legislativa realizou seminário de planejamento com diretores de divisões, chefes de gabinetes parlamentares e de setores da Casa. O encontro aconteceu no Hotel Canto da Ilha, na praia de Ponta das Canas, e contou com a presença de mais de 70 servidores. Os objetivos foram avaliar as diretrizes da Alesc para este ano, definir ações a serem implementadas pela Casa, de acordo com as diretrizes e prioridades definidas, levantar as demandas dos gabinetes e dos setores da Alesc e também o fechamento da agenda e do calendário para 2004. Divididos em três grupos

de trabalho (área parlamentar, administrativa e de comunicação) os servidores fizeram uma avaliação do ano de 2003, levantaram prioridades para 2004 e apontaram os desafios, restrições e dificuldades que a Assembléia deverá enfrentar neste ano. Equipes foram formadas para apontar sugestões práticas para o desenvolvimento de ações pré-estabelecidas, entre elas: qualificação do servidor, racionalização de despesas, aperfeiçoamento do processo legislativo, entre outras. O seminário teve resultado tão positivo que os servidores saíram extremamente motivados e defendendo a realização de novos encontros. (MOR)

Escola do Legislativo inicia pré-vestibular

Em aula inaugural ministrada no dia 29 de março, foi iniciado o curso pré-vestibular comunitário/2004, pelo terceiro ano consecutivo, resultado do projeto de políticas de inclusão social da Assembléia Legislativa. A solenidade, realizada na Escola Básica Estadual Celso Ramos, em Florianópolis, contou com a presença do presidente da Escola do Legislativo, deputado Wilson Vieira-Dentinho (PT), da gerente de Apoio ao Estudante da Secretaria da Educação e Inovação, Ana do Canto Pereira, do diretor comercial do Grupo Energia, Claudio Roberto Mentrop, e da diretora da Escola Básica Celso Ramos, Solange Adão.

Para o primeiro semestre de 2004 estão previstas duas turmas

(matutino e noturno) e, além dos servidores e seus dependentes, participarão alunos das comunidades carentes indicados por entidades comunitárias não-governamentais. Outras duas turmas estão previstas para o segundo semestre. Em 2002 na primeira turma, apenas três alunos tiveram aprovação. Em 2003, com base no planejamento estratégico, a Escola deu ênfase à ampliação de políticas públicas afirmativas de inclusão social e implementou o curso em duas turmas (matutino e noturno), possibilitando que alunos das comunidades carentes participassem do projeto. O resultado: 11 alunos aprovados nos vestibulares da UFSC, Udesc, Unisul, Cesusc, Barddal, Senai e Estácio de Sá. (MAG)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tosini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Legislativo prestigia quatro anos do Bolshoi

Como presidente da AL, o deputado Volnei Morastoni (PT) prestigiou a grande festa que comemorou os quatro anos da única Escola do Teatro Bolshoi fora da Rússia e a apresentação oficial da maquete da sede própria, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A festa realizou-se na noite do dia 27 de março, no palco do Centreventos Cau Hansen, em Joinville. "O Bolshoi, sediado aqui em Santa Catarina, na cidade de Joinville, é a prova da capacidade que temos de transformar sonhos em realidade. A cultura, a arte, a dança, o teatro, unem-se para abrir perspectivas, horizontes a crianças a quem isso é, geralmente, negado", avaliou Morastoni.

Com cerca de 300 alunos, 90% deles provenientes de famílias de baixa renda e da rede pública municipal de Joinville, o Projeto da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil dá acesso para crianças e jovens a um mundo especial, "que amplia a própria condição humana". A coreógrafa e diretora da instituição, Jô Braska Negrão,

salienta que "a escola desperta aqueles que jamais sonharam em ter condições de conviver com a arte e desenvolver-se a partir dela para a formação de cidadãos mais conscientes e completos".

Cidadania - Os estudantes contam com uma estrutura que lhes garante, no meio período em que lá permanecem, aulas de dança clássica, preparação e prática cênica, educação musical e rítmica, ginástica respiratória, danças populares históricas, entre outras, além de noções de higiene, nutrição e educação geral. Os alunos recebem, gratuitamente, alimentação, uniforme, transporte, assistência médica emergencial, serviços de fisioterapia e ortodontia.

Também dispõem de uma biblioteca com acesso à internet e um espaço cultural para exibição de vídeos de dança durante os intervalos das aulas. Instituição sem fins lucrativos, a Escola

do Teatro Bolshoi é patrocinada por pessoas físicas e jurídicas através da Lei de Incentivo à Cultura e de doações. Os Correios são a empresa patrocinadora oficial da escola na categoria Diamante.

Sede - No evento, os Correios doaram R\$ 500 mil, que serão investidos na nova sede, que funciona atualmente no Centreventos e futuramente vai ocupar uma área

de 500 mil metros quadrados, com vista para a Baía da Babitonga. O projeto de Niemeyer terá 31 mil metros de área construída, distribuídos em três estruturas de concreto que abrigarão a Escola, um espaço cultural - com cinemas, cybercafé, lojas, salas para exposições e convenções -, um teatro em forma de espiral e um edifício de 18 andares para moradia de estudantes, professores, artistas e

pesquisadores. O espaço cultural será aberto à comunidade.

Além dos Correios, o Instituto Cau Hansen também doou um total de R\$ 1 milhão em conexões necessárias para a parte hidráulica e elétrica da futura sede. O cartunista Zivaldo doou pessoalmente os direitos autorais sobre a peça "Fritz".

A população que lotou o teatro do Centreventos doou quatro toneladas de alimentos - o ingresso para as apresentações dos alunos era um quilo de alimento -, que foram enviadas a quatro instituições de caridade. A cerimônia teve apresentação de oito coreografias com a participação dos 300 alunos da Escola, dando um espetáculo de graça, beleza e muita emoção a quem teve o privilégio de assisti-los.

Além do deputado Volnei Morastoni, estiveram na cerimônia o governador Luiz Henrique da Silveira, o presidente da Funarte, Antônio Grassi, os prefeitos de Joinville, Marcos Tebaldi, e de Ribeirão Preto, na Paraíba, Cícero Lucena, município que mantém convênio com a Escola. (MMV)



Morastoni, autoridades e bailarinos na apresentação da maquete da sede

Unale quer decisão sobre número de vereadores

Por unanimidade, 50 deputados de 23 estados, reunidos no dia 26 de março, no plenário, aprovaram moção apresentada pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli, pedindo que o Congresso Nacional "dê prioridade máxima" à regulamentação da legislação que define o número de vereadores nas câmaras municipais do país. A matéria recebeu três projetos de lei complementar, sendo um deles de autoria do deputado federal Ivan Ranzolin (PP/SC).

A moção foi apresentada e aprovada durante a assembléia geral da Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais), realizada hoje na Alesc e considerada por todos os participantes o maior evento do gênero já realizado pela entidade. Diretor da Regional Sul da Unale e representando oficialmente o presidente da Assembléia, Joares Ponticelli justificou sua proposta de moção alertando que os vereadores "vivem uma situação angustiante por conta de uma decisão equivocada" e que esse quadro de indefinição não pode mais perdurar, principalmente quando se está às portas de novas eleições municipais.

Unale - O encontro compreendeu dois momentos: a discussão sobre

as mudanças estruturais na Unale e debate sobre temas políticos diversos. Uma das decisões tomadas foi a de criação da Secretaria da Mulher na Unale. A Secretaria tem um objetivo específico: abrir espaço para as mulheres, estimulando sua participação efetiva como agente político, incentivando-as à disputa de cargos eletivos. Coordenada por Ponticelli e com o apoio do escritório local da Unale, dirigido por Luís Farias, a assembléia geral foi presidida pelo titular nacional da Unale, deputado Alexandre Postal (RS). Ele admitiu que o encontro foi superior ao esperado (seria necessária a presença de 18 estados para a reunião, mas compareceram 23).

No âmbito do debate geral, os parlamentares defenderam uma maior integração e interação dos legislativos estaduais, "já que o Poder Executivo tem adotado todos os mecanismos para se fortalecer cada vez mais, em detrimento do Poder Legislativo. É preciso agir para evitar que o Legislativo se enfraqueça", alertaram. Com maior integração e intercâmbio, os parlamentares da Unale acreditam que terão maior participação nas decisões nacionais, motivo, hoje, de muitas reclamações dos deputados estaduais. (JCR)

Lançada 16ª Festilha

A 16ª edição da Festilha, Festa das Tradições da Ilha, realizada anualmente em São Francisco do Sul, teve seu lançamento na noite desta quarta-feira (31) no hall da Assembléia Legislativa. O deputado Nilson Gonçalves (PSDB), natural do município e representando o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), deu as boas-vindas aos francisquenses e disse estar orgulhoso por este lançamento acontecer na Alesc. "O prefeito, Odilon Ferreira de Oliveira, enfatizou o convite e comparou a cultura de seu município com a da capital. "Temos muita coisa em comum. Além de se-

rem duas ilhas, ainda contamos com uma cultura muito rica e semelhante". Para Jorge Luiz Cevinski, presidente da Fundação de Cultura do município, os visitantes que participarem do evento conhecerão um pouco mais da cultura, gastronomia, bandas locais e o folclore do município. "Esta festa acontece graças ao empenho de todas as entidades da nossa cidade."

A Festilha foi criada em 1988 com o objetivo principal de preservar a cultura francisquense e ajudar as entidades filantrópicas do município. Neste ano, será realizada de 10 a 18 de abril. (DAB)



Nilson Gonçalves discursa durante o ato de divulgação da festa de São Francisco do Sul

Preservação do Aquífero Guarani e Bacia do Uruguai

Começam seminários regionais

O Fórum Permanente para Preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani promoveu no dia 26 de março, em Lages, seu primeiro seminário para discutir o assunto na sede da AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil), pela manhã, e no auditório de Ciências Jurídicas da Uniplac, à tarde. Participaram alunos, professores e autoridades catarinenses e gaúchas para conhecer e debater o tema. Durante o encontro, os participantes assistiram a palestras, visitaram locais de recarga do aquífero e uma oficina destinada a professores. A oficina para vereadores, que também estava programada, foi transferida para

o dia 16 de abril, na Câmara de Vereadores.

O presidente do Fórum, deputado Sérgio Godinho (PTB), reafirmou que os seminários têm como principal objetivo fazer ampla divulgação do que representa o aquífero e a Bacia do Rio Uruguai. "O aquífero é um bem de domínio público e a população precisa saber o que está acontecendo. Este seminário é uma maneira de a comunidade tomar conhecimento. A água poluída reage causando danos a todos e há pessoas que não estão conscientes disso. Pretendemos, através dos seminários, levar este conhecimento às escolas e aos lares da sociedade

catarinense".

Segundo Godinho, serão promovidos 14 seminários, em cidades sede de secretarias por onde passa o aquífero, que se estende, no Brasil, pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em Santa Catarina, sua extensão vai de Bom Retiro até a fronteira com a Argentina e o Paraguai. É a principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e um dos maiores sistemas aquíferos do mundo, ocupando uma área total de 1,2 milhão de quilômetros quadrados e abastecendo, em média, 360 milhões de pessoas.



Sérgio Godinho e técnicos visitam áreas de recarga



Autoridades dão início ao primeiro seminário

Preservação da vida

João Manoel Bicca, representante do Projeto Rio-Uruguai (RS), disse que esse trabalho é uma luta pela vida. "Estamos aqui lutando pela vida. Muita gente não tem como lutar e é por eles que estamos aqui hoje. O rio Uruguai está agonizando, as condições da água são péssimas. O povo tem que saber a real situação. Estamos fazendo a nossa parte em conjunto com Santa Catarina". Bica também salienta que será necessário um saneamento básico bem feito, pois são 1,5 milhão de catarinenses e 3,5 milhões de gaúchos nas

áreas de recarga do aquífero.

Sérgio Grando, diretor-geral da Fatma, explicou que as recargas são as pedras de arenito que absorvem a água das chuvas que se deposita no aquífero. Ele também faz um alerta sobre a importância da água. "Só teremos paz quando todos tiverem acesso ao alimento, e água é alimento, água é vida, não pode ser um transmissor de doenças por estar poluída. Só vamos aprender a cuidar da água quando formos solidários", afirmou.

O deputado Sérgio Godinho

acredita que o trabalho com os professores será fundamental para o projeto, porque eles servirão de agentes multiplicadores, passando as informações recolhidas aos seus alunos, e aprenderão como não desperdiçar água.

Oito geólogos da USP (Universidade de São Paulo) fizeram um mapeamento e detectaram vários pontos de poluição, inclusive em Lages, onde bairros inteiros foram construídos em cima de recargas do aquífero, poluindo-o com dejetos humanos, de animais e lixo doméstico. (DAB)

Desassoreamento do rio Urussanga

O Balneário da Esplanada foi o local escolhido pelo Fórum Permanente para estudar e apresentar propostas ao encaminhamento de soluções para o desassoreamento do rio Urussanga e da lagoa Urussanga Velha, no sul do Estado. No seminário do dia 26, o Centro Comunitário local estava lotado de moradores e autoridades de toda a região, que querem soluções rápidas nesta questão.

O presidente do Fórum, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), afirmou que o problema está sendo discutido há muito tempo, desde os governos passados, e que o projeto para criação do Fórum foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa. "Nossa missão é levantar e analisar a situação crítica. O seu estado crítico é a consequência dos dejetos de carvão, dejetos humanos e de animais, lixo doméstico e industrial, entre outros problemas. Esse foi um passo muito importante para a solução do problema, que não está enquadrado em nenhuma comissão per-

manente do Legislativo."

O rio Urussanga tem como principais afluentes os rios Cocal e Vargedo, estendendo-se por uma área de 580 quilômetros quadrados, com uma vazão de 2.115 litros/segundos. Ele passa pelos municípios de Urussanga, Içara, Jaguaruna, Treze de Maio, Cocal do Sul, Morro da Fumaça e Criciúma.

João Jaci da Silva, morador de Morro da Fumaça, estuda o rio há 35 anos. "É muito estudo e pouca ação. Esse rio é o lixo do luxo causado pelas mineradoras, é uma vergonha para a nossa região", desabafou.

Já o deputado Valmir Comin (PP), relator do projeto que criou o Fórum, diz que todos têm que fazer a sua parte, aju-



Relator e presidente do Fórum discutem desassoreamento com a comunidade

dar e apontar caminhos. "Entra governo, sai governo e essas coisas não acontecem. Esse é um fórum legítimo para se discutir o assunto, há necessidade de ação decisiva. Temos oito municípios envolvidos e poderíamos buscar uma

parceria para tentar solucionar a questão o mais rápido possível." Na reunião ficou decidida a criação de um pró-comitê para tratar do assunto. Participam a Assembleia Legislativa, a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma, Amrec (Associação dos Municípios da Região Carbonífera), Amurel (Associação dos Municípios da Região de Lagoa), Unesc (Universidade do Extremo-sul Catarinense), OAB, Cidasc, Casan, Epagri, Siecesc (Sindicato das Indústrias de Extração do Carvão de Santa Catarina), Ampí (Associação das Micro e Pequenas Empresas de Içara), Associação Comercial e Industrial de Urussanga, Ong Consciência Ecológica, Fatma e Unisul. (DAB)



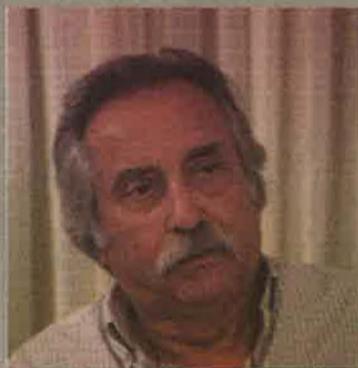
1964-1984

As décadas perdidas

Se o 31 de março/1º de abril de 1964 não tivesse acontecido, como seria o Brasil?



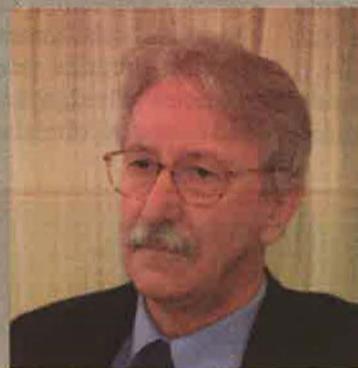
Anita Pires



Francisco Pereira



Eglê Malheiros



Ady Vieira Filho



Júnior Lauri Schwinder

No início da década de 60 do século passado, o Brasil fervilhava, da organização política aos movimentos culturais, operários, do campo e das cidades. O mundo também vivia um contexto especial. Duas potências disputando a hegemonia sobre o resto dos mortais, e a contracultura - embalada pela música, artes plásticas e cinema, principalmente -, fazia uma espécie de contraponto. Os reflexos do contencioso não se restringiram aos limites geográficos dos dois concorrentes, que ganhou a exata denominação de "guerra fria".

"Uma facção (extinta União Soviética) dizia, 'eu tenho uma bomba', a outra (Estados Unidos), a mesma coisa", resumiu Ady Vieira Filho, professor de Economia, durante o programa *Troca de Opinião*, produzido

e transmitido pela TVAL na quarta-feira, 31 de março, a partir das 21 horas. Ele, a professora e atual secretária adjunta de Orçamento e Gestão Estadual, Anita Pires, o escritor e advogado Francisco Pereira, e a professora de História, Eglê Malheiros, foram atingidos com força total pelo furacão de 64, e conversaram sobre aqueles tempos e, principalmente, sobre os efeitos no desenvolvimento social, cultural, educacional e político dos brasileiros. O encontro contou com a participação do presidente da UCE (União Catarinense dos Estudantes), Júnior Lauri Schwinder. À exceção do último, todos foram perseguidos pelo regime, perderam direitos, empregos e foram presos.

A briga das duas potências e a movimentação interna - mais a segunda do que a primeira -, as-

sustava as classes que tinham o comando político, econômico, religioso e cultural do Brasil. Sentiram-se francamente ameaçadas, tanto em suas sinceras crenças e posturas, quanto em seus interesses econômicos. O governo comandado por João Goulart (6 de janeiro de 1962 a 31 de março de 1964), não ajudava, e só aumentava os temores insuflados pelos americanos nos brasileiros. "Em 64, havia realmente no país uma grande mobilização. Talvez somente comparada à campanha abolicionista. Foram criadas ligas camponesas, em todo o norte e nordeste, e se organizaram pela primeira vez enquanto categoria política. Na área urbana, se criaram os pactos de unidade e ação entre os sindicatos fortes, como bancários, petroleiros e portuários. Se houvesse greve dos pe-

troleiros, os bancos paravam. E a criação da Confederação Geral do Trabalhadores, que realizou greves, não por salários, mas por questões políticas, como reforma agrária. No famoso comício em 13 de março, na Central do Brasil, Jango consolidou o monopólio estatal do petróleo, a Petrobras", lembrou Pereira.

Estagnação - Presidente eleito mandado embora, iniciou-se o período negro. E se os milhares de mortos, desaparecidos, as famílias destruídas, a derrocada de uma quase recém-nascida democracia, estão impressos na história brasileira, a estagnação provocada causou prejuízos que devem durar por mais algumas gerações de brasileiros. "Em 64 estávamos aplicando o método Paulo Freire. Então, fico imaginando que seria o Brasil alfabetizado com o método

de Freire, cuja base era a profundidade. Teríamos uma distribuição agrária diferente, e um modelo econômico diferente também. Um povo acanhado e oprimido não se desenvolve", exemplificou Anita Pires.

Para Eglê, "64 foi o começo de uma história muito trágica, quando começou o processo de desmobilização da juventude. Os jovens estão transformados em seres individualistas, que não pensam no conjunto da humanidade". Os currículos escolares, assinalaram as professoras, foram modificados, em todos os níveis, e os conteúdos, principalmente nas universidades, passaram a priorizar o tecnicismo, com o desmonte e esvaziamento dos cursos nas áreas de ciências humanas.

Mirela Maria Vieira

Ato solene marca a data

Ex-presos políticos, anistiados políticos, estudantes e representantes da sociedade civil organizada e parlamentares lembraram o período do regime militar brasileiro e suas consequências para o país, que mergulhou em 20 anos de ditadura, em ato solene realizado na quinta-feira, dia 1º, às 19 horas, no plenário da Assembleia Legislativa.

Na mesma noite, foi aberta mostra de documentos sobre a época da ditadura, que está aberta a visitação pública até o próximo dia 8. A exposição compõem-se de documentos e fotos organizados pelo Arquivo da Polícia Militar do Rio de Janeiro e registros fotográficos da Novembrada.



(foto Carlos Klüppel)

Mostra de Cinema - Para os admiradores do cinema nacional, até o dia 7 acontece no plenarinho da Assembleia Legislativa a Mostra de Cinema Brasileiro "A ditadura em foco". Serão exibidos dez filmes longa-metragem, quatro cur-

tas, além de seis documentários, em sessões abertas ao público. Serão apresentados alguns dos filmes mais expressivos que abordam o período do regime militar. (RMPP)

A programação:

2 de abril	09 h	Novembrada e Eles não usam black tie
	14 h	Eunice, Clarice e Teresa e A opinião pública
	16 h	PSW (Paulo Stuart Wright) e Nunca fomos tão felizes
5 de abril	08 h	Leucemia e O bom burguês
	10 h	PSW (Paulo Stuart Wright) e Feliz Ano Velho
6 de abril	08 h	Golpe militar e ditadura e Terra em transe
	10 h	Eunice, Clarice e Teresa e Que bom te ver viva
7 de abril	09 h	PSW (Paulo Stuart Wright) e O que é isso companheiro
	14 h	Leucemia e Ação entre amigos
	16 h	Lamarca.

1964, 40 anos: o regime

Tatiana Kinoshita

Um dos períodos mais tristes da história brasileira inicia-se em 31 de março de 1964. A incipiente democracia, e com ela o respeito à pluralidade da nação, são derrubados por um golpe militar. O então presidente João Goulart é deposto e se exila no Uruguai. A partir daí os militares, guindados pelos oficiais de uma ala do Exército, passaram a comandar o país, num sangrento "reinado" que durou mais de 20 anos.

Passados 40 anos do golpe que os militares chamaram de "resta-beleçamento da ordem", o saldo deixado pela ditadura ultrapassa a tragédia das mortes, torturas e cassações. Em 64, o ano terminou com 20 mortos, sendo nove suicídios e 203 casos de denúncias de tortura.

Segundo o resultado do dossiê *Brasil Nunca Mais*, 7.367 brasileiros foram vítimas do golpe entre 1964 e 1979.

No dia 11 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito pelo Congresso Nacional o novo presidente do Brasil, o segundo passo para transformar a vida de civis em um pesadelo. Os direitos dos cidadãos foram aos poucos sendo aniquilados. A partir de outubro de 1965, um novo ato institucional (AI - 4) transfere para a Justiça Militar o poder de julgar crimes contra a segurança nacional. A partir daí, as barbáries foram constantes, sendo considerados crimes associações sindicais, divulgação de notícias que não fossem as oficiais e as greves.



No meio da madrugada 12 de outubro de 1968, explode uma bomba na porta da Editora Civilização Brasileira. Atentado engendrado pelo Centro de Informações do



O comício da Central, em 13 de março de 1964: Jango e a primeira-dama, Maria Thereza Goulart no palanque.

Nova Constituição muda destino do país

Uma nova Constituição Brasileira foi aprovada pelo Congresso em 1967, institucionalizando o regime com eleições indiretas para a presidência. O general Arthur da Costa e Silva assume a chefia do Estado no mesmo ano, e, em dezembro de 1968, fecha o Congresso e decreta o Ato Institucional nº 5, o AI-5, que lhe dá poderes para fechar o parlamento, cassar mandatos e suprimir *habeas corpus*.

Os órgãos de repressão política firmavam ainda mais sua autonomia de ação: os DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna) eram utilizados contra quaisquer opositores ao governo militar. Movimentos de luta armada intensificavam-se pelo país.

Entretanto, o ano de 1969 pode ser considerado um dos mais pesados da era militar. Conhecido como Anos de Chumbo, esse período, comandado pelo general Emílio Garrastazu Médici,

é o de maior repressão, marcado por prisões, torturas, exílios, mortes e o desaparecimento de centenas de pessoas. Simultaneamente, o governo promove o chamado milagre econômico, fase com crescimento acelerado do PIB (Produto Interno Bruto). A frase mais conhecida deste período é "Brasil, ame-o ou deixe-o". O período de Médici termina com sua morte, por derrame cerebral, no começo de 1974.

Quando o general Ernesto Geisel assume a presidência, em março de 1974, o Brasil enfrenta dificuldades econômicas graças à dívida externa, inflação e crise internacional do petróleo. Em 1977, Geisel baixa o Pacote de Abril, que altera as regras eleitorais para garantir a maioria da Arena. Começam os protestos contra o regime. No ano seguinte, o presidente envia ao Congresso emenda constitucional que acaba com o AI-5.



Última manifestação do governo João Goulart, ao lado do Ministério da Guerra

que violou a democracia

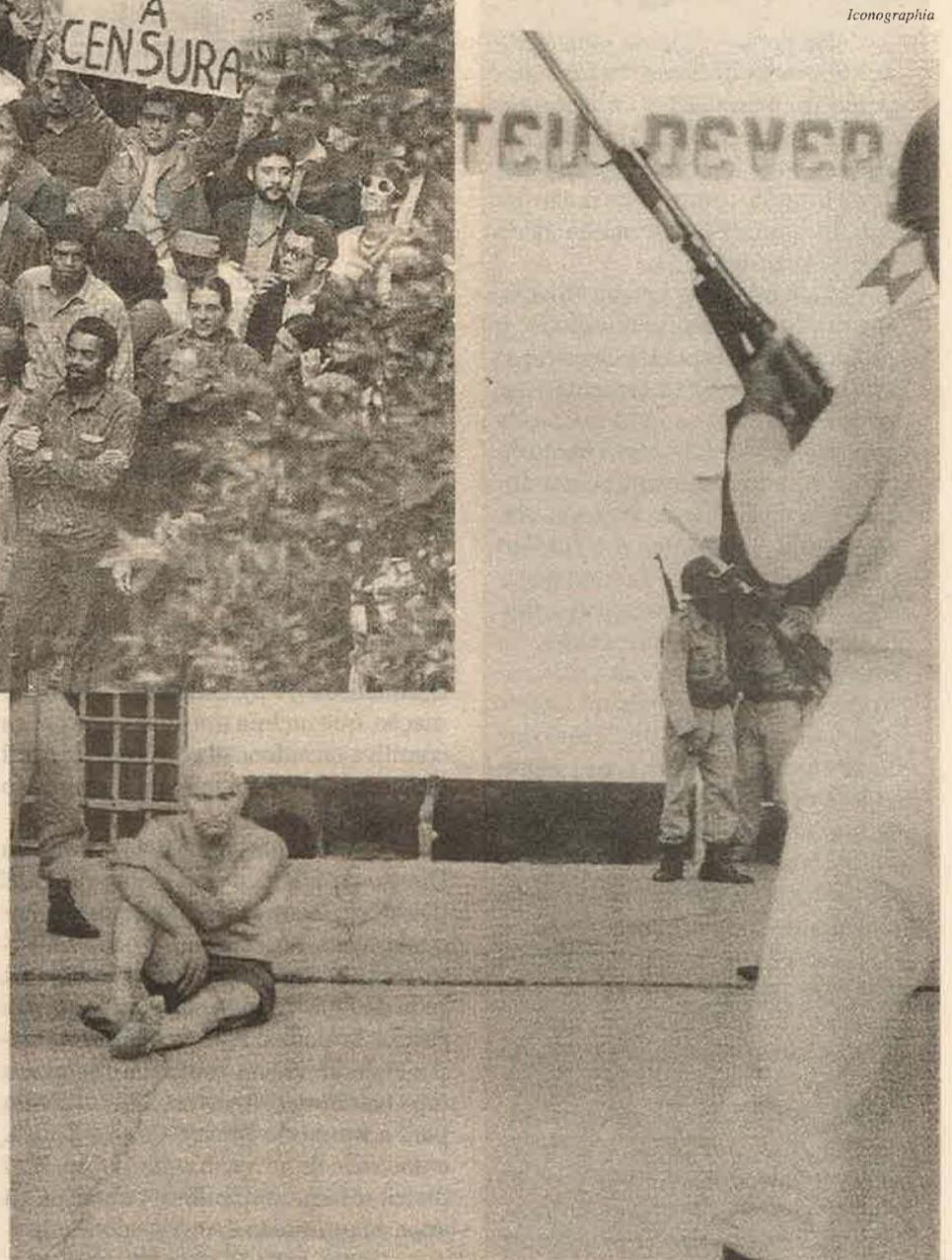


A Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968. Na ala em foco, estão Gilberto Gil, atual ministro da Cultura, Chico Buarque, Caetano Veloso, José Celso Martinez, Renato Borghi, Nana Caymmi e Paulo Autran.

Principais grupos de esquerda

Inúmeros grupos armados de esquerda surgiram em todo o país. Destacam-se a ALN (Aliança Libertadora Nacional), liderada por Marighella, a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária), sob o comando de Carlos Lamarca, o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) – data da morte de Che Guevara, na Bolívia – e o PCdoB. O PCB

posicionou-se contra a luta armada. Na guerrilha urbana, teve papel de realce o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, pela ALN. Algumas guerrilhas interioranas foram mais duradouras e sangrentas, entre as quais a de Ribeira, a de Caparaó e principalmente a Guerrilha do Araguaia. Esta prolongou-se de 1972 a 1975.



O comunista Gregório Bezerra, de 64 anos, no pátio do quartel onde foi espancado e exposto à imprensa, depois de ter sido arrastado pelas ruas do Recife amarrado à traseira de um jipe.

Lei da Anistia traz esperança

A história começaria a mudar em 1979, quando o general João Baptista Figueiredo torna-se presidente. Ele sanciona a Lei da Anistia, que liberta presos políticos, propicia a volta dos exilados e restabelece o pluripartidarismo.

Os cidadãos passam a se unir mais para lutar a favor de seus direitos. Inicia-se uma onda de greves entre 78 e 79, na região do ABC paulista. Sob a liderança de Luís Inácio Lula

da Silva, as greves espalham-se pelo país. Também sob seu comando nasce, em 1980, o PT (Partido dos Trabalhadores). A Arena transforma-se no PDS (Partido Democrático Social) e o MDB acrescenta a palavra Partido a sua sigla, tornando-se o PMDB. Surgem também o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Em meados de 1983, sindicatos fundam as centrais sindicais CUT e Con-

clat, rompendo, na prática, com a legislação trabalhista. No final desse ano ocorrem enormes manifestações por eleições diretas para a presidência da República. Em abril de 1984, a emenda constitucional das eleições diretas recebe 298 votos, mas não atinge os dois terços (320 votos) necessários para sua aprovação. O candidato do PMDB a presidente, Tancredo Neves, que tem como vice José Sarney (antes importante liderança do PDS), derrota Paulo

Maluf (PDS) na eleição do Colégio Eleitoral. Tancredo vence por 480 votos a 180, em janeiro de 1985.

Tancredo Neves não chegou a assumir o cargo de presidente da República, pois faleceu no dia da posse. O cargo foi ocupado por seu vice, José Sarney, que fez um governo de transição do antigo regime para a consolidação da democracia no país, através da Constituição de 1988.

A luta catarinense



Por Jango

Na pacata Videira, localizada no Meio-oeste de Santa Catarina, um grupo de ferroviários se levantou contra o golpe militar. Os integrantes do Grupo dos Onze, que apesar deste número reunia bem mais que isso, lutaram pela permanência de João Goulart no poder.

Liderados por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro, o antigo PTB, o Grupo dos Onze espalhou-se por toda Santa Catarina e Sul do país. Tornou-se extremamente importante na luta contra o início do golpe militar, exatamente pela facilidade na comunicação, já que as viagens eram constantes e o Código Morse uma arma útil. Para propagar a manutenção de Jango no poder, praticamente todos os ferroviários do Estado estavam envolvidos no Grupo em 1964. Não há registros de prisões dos integrantes do Grupo dos Onze durante a ditadura, até porque o movimento ficou esvaziado depois da queda do presidente Jânio Quadros. Atualmente, muitos se mudaram, outros não estão mais vivos, e poucos ainda vivem na cidade.

Outro grupo, de Nova Veneza, teria começado a organizar uma guerrilha, no início de 1964, com a participação de agricultores. Um enviado de Leonel Brizola teria levado orientações para os "revolucionários" das famílias Ronconi, Osteto e Marfello, que se articularam e conseguiram armas, mas os militares descobriram. O movimento voltou a se articular depois do golpe, e novamente os militares conseguiram seu desmantelamento.



A cavalaria trancou as ruas do Centro da capital, em todo o entorno da Praça XV, reprimindo a manifestação

Depois de 15 anos

Santa Catarina se destacou nacional e internacionalmente na luta contra o regime militar em 30 de novembro de 1979. A praça XV de Novembro, no centro de Florianópolis, foi palco para inúmeros estudantes protestarem contra a política brasileira. Após uma declaração infeliz, na qual dizia "prefiro o cheiro de cavalo ao cheiro do povo", o então presidente da República, general João Baptista Figueiredo, visitava a capital catarinense. Na época, governava Santa Catarina o atual senador Jorge Bornhausen (PFL). Uma intensa programação, que incluía um churrasco para a comitiva presidencial com mais de 2 mil quilos de carne, foi feita para receber o general Figueiredo.

O estudante Adolfo Dias, aluno de Direito da UFSC e presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) naquela época, articulou todo o movimento. Reuniu um grupo de estudantes na sede do DCE, mesmo sob vigilância das Forças Armadas, Polícia Militar e Polícia Federal. Nessa reunião, organizou uma manifestação e os estudantes foram para a frente do Palácio Cruz e Sousa, então sede do governo catarinense. Eles distribuíram um panfleto contra os 15 anos de repressão e a crise econômica:

"Hoje, após 15 anos de repressão, o governo nos presenteia com a visita de seu chefe, o general João Baptista Figueiredo. Nesses anos todos, o povo

pagou com suor as mordomias dos caciques governamentais. Pagou com seu suor quando viu a inflação cada vez mais alta e seu salário cada vez mais baixo. Paga com seu suor quando o preço dos gêneros alimentícios aumenta em níveis exorbitantes, fazendo com que as famílias pos-



Figueiredo, enredado pela massa, queria partir para o "braço"



O eterno contraste exposto pela ditadura

Por justiça

Entre as milhares de prisões, cassações de direitos políticos e civis, assassinatos e torturas efetivadas pelo regime ditatorial imposto pelo Exército em todo Brasil a partir de 64, o nome do deputado estadual Paulo Stuart Wright, (filhado ao antigo PSP- Partido Social Progressista) - oficialmente a única pessoa de Santa Catarina desaparecida -, tornou-se símbolo de todos os catarinenses perseguidos durante o período.

Cassado em sessão plenária realizada em 9 de maio de 1964, com apenas dois votos contrários, por requisição da Marinha e baseado no primeiro Ato Institucional (AI-1), Wright foi seqüestrado nos primeiros dias de setembro de 1973 pelo II Exército e levado ao DOI-CODI de São Paulo, onde as torturas a que foi submetido durante 48 horas o mataram. Seu corpo nunca foi localizado e seu nome constava de um documento encontrado numa gaveta do Dops do Paraná, com a indicação de "falecido". Da cassação à morte, o parlamentar lutou clandestinamente contra o regime. Seu corpo nunca foi encontrado ou "devolvido".

"É uma questão de justiça. A gente não tem ilusão de que isso seja resolvido, mas não perde a esperança de saber o que aconteceu com ele. Essa coisa do desaparecimento para os familiares é terrível, um processo doloroso e que só vai terminar quando recuperarmos seus restos mortais. Mas o tempo está passando, as pessoas responsáveis pelo desaparecimento já morreram ou vão morrer e não deve haver nenhum papel que indique isso. Então, provavelmente a gente perderá essas referências". João Paulo Wright, filho do deputado morto pelo regime militar. (TK/DAB/MMV)



Políticas para a Juventude

Concluído ciclo de audiências

Números que apontam, no Brasil, para um universo de 34 milhões de jovens com idade de 15 a 24 anos - e de 48 milhões se a faixa etária considerada for dos 15 aos 29 anos - ilustram a importância do debate para a elaboração de um Plano Nacional da Juventude. Em Santa Catarina, a discussão se deu preliminarmente nos municípios de Lages, Rio do Sul, Joinville, Criciúma e Chapecó, em audiências públicas promovidas em parceria pela Assembleia Legislativa e Comissão Especial da Juventude do Congresso Nacional.

O resultado foi levado à audiência estadual, realizada na sexta-feira, 26/03, em Florianópolis. O relatório estadual está sendo elaborado pela Assembleia e será levado ao seminário nacional, ainda sem data definida. O deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), membro da Comissão

Especial da Juventude do Congresso Nacional e coordenador do evento no Estado, diz que a intenção é sensibilizar o governo federal com dados numéricos e com as propostas levantadas pelos jovens, no sentido de construir um Plano Nacional da Juventude. Este contemplaria diretrizes que avançariam para o Estatuto da Juventude. Vignatti defende ainda a criação de uma secretaria nacional e de um conselho representativo dos vários segmentos da juventude. "Seriam os agentes executor e coordenador do Plano Nacional da Juventude e do Estatuto. Queremos criar uma rede de proteção social".

O deputado federal Odacir Zonta (PP/SC), que também é membro da Comissão Especial da Juventude, destacou a importância das audiências para que se tenha um quadro da realidade catarinense e brasileira ori-

nada a partir do debate entre os jovens. Para o deputado estadual Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT), essa iniciativa nasce de um quadro de exclusão da juventude. "A questão da educação, na qual grande parcela dos jovens está à margem do acesso ao ensino médio e superior, ilustra bem a exclusão dos jovens. É para reverter esse quadro que se discute um plano nacional e um estatuto de direitos". (SD)



Tribunal de Justiça sediou o último encontro do Plano Nacional da Juventude

CPI da Dívida Pública troca relator

(foto Jonas Lemos Campos)

Com a saída do deputado Ronaldo Benedet, líder da bancada peemedebista, para assumir a Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o PMDB irá designar o nome de outro parlamentar para relatar a CPI da Dívida Pública, já que foi utilizado o critério de representação partidária, com os cargos sendo divididos entre governistas e opositores. Em reunião na manhã de quarta-feira (31), conduzida pelo presidente da Comissão, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), alguns dados constantes na documentação do TCE (Tribunal de Contas do Estado) enviada à CPI foram questionados por Benedet.

Segundo ele, existem erros na atualização de valores. Ele defende o uso de um indexador diário, pois - conforme avalia -, o uso do IGP-DI (Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna) mensal gera discrepâncias em virtude de períodos com inflação mensal expressiva. Outras distorções teriam sido produzidas a partir da atualização da correção monetária. De acordo com ele, o TCE deveria separar amortizações da dívida de baixas contábeis, como no caso da anulação das Letras do Tesouro do Estado em 2000 e 2001. As letras catarinenses emitidas no governo Paulo Afonso Vieira (PMDB) continuam sub judice, em diversas instâncias, apesar de terem sido



Deputados João Paulo Kleinübing, Ronaldo Benedet e Djalma Berger

anuladas da dívida estadual pelo Banco Central. A mesma situação, afirma Benedet, também pode ser verificada na rolagem de dívidas. "Para atualização da dívida externa e interna foi usado o mesmo indexador, quando o adequado seriam indexadores diferentes para dívidas de naturezas diferentes, como atrelar a dívida externa ao dólar ou ao euro, de acordo com sua origem", raciocina.

Os critérios para definição do valor da dívida também foram questionados. Benedet considera mais adequado o uso dos valores nominais na dívida fundada interna e externa, que em 31

de dezembro de 2002 era de R\$ 8.729 bilhões. Pelo critério do TCE, esse valor subiu para R\$ 9.652 bilhões em 31 de dezembro de 2003, mas o saldo efetivo registrado na contabilidade, assinala o relator, foi de R\$ 9.064 bilhões. Isso gerou um incremento distorcido no final do governo de 1999-2002, de 10,56%. Para o diretor da Dívida Pública do Estado, Gerson Berti, a utilização dos valores nominais unicamente, em especial no período que houve estabilização da moeda, evitaria essa distorção. "O critério do TCE distorce os valores porque embute à inflação futura", sintetizou Berti. (SD)

Audiência pública apresenta relatório referente ao SUS

Em audiência pública da Comissão de Saúde, realizada na manhã do dia 30/03, foi apresentado o relatório do último trimestre do ano passado referente ao SUS (Sistema Único de Saúde). Na audiência presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), e que teve a participação de secretários municipais de Saúde e prefeitos catarinenses, a secretária-adjunta da Saúde do Estado, Carmem Zanotto, também divulgou o relatório anual de 2003.

Nos dados apresentados pela secretária, todos os números foram positivos para o Estado, que em 2003 conseguiu cumprir a meta e obteve mais recursos disponíveis em caixa do que o esperado. "Conseguimos alcançar a meta esperada mas ainda precisamos de melhoria no setor de faturamento do Fundo de Saúde no Estado. Mas vamos melhorar mais esta questão", afirmou Carmem. O enfoque dado pelo relatório mostrou todas as dívidas saldadas e incrementos de serviço na área, refletindo em melhorias no atendimento pelo SUS.

Os recursos da Emenda Constitucional n.º 29 também foram mencionados. Os municípios, segundo a secretária, estão mais avançados do que o Estado e sempre conseguiram cumprir com a EC-29, de 2000. Santa Catarina conseguiu somente em 2003 cumprir com a meta. A emenda altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

No caso da União, os recursos mínimos devem ser equivalentes ao valor apurado no ano anterior, corrigido pelo PIB (Produto Interno Bruto), e, destes recursos, 15% aplicados nos municípios. Para os Estados, os recursos são de 12% do produto da arrecadação dos impostos e, no caso dos municípios, de 15%. A audiência foi finalizada com o término da apresentação do relatório trimestral do SUS. (GMP)

Deputados limpam a pauta de vetos

Das 20 mensagens de veto, sete foram derrubadas em plenário e as novas leis serão promulgadas pelo Legislativo

Mantidos

- Veto total à emenda de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL) ao Projeto de Lei nº 354/2003. A proposição, encaminhada pelo Executivo, imprimia mudanças na Lei nº 11.398, de 2000 (Lei do ICMS/Simples). As mudanças recaíam basicamente sobre os percentuais de isenção às micro e pequenas empresas, que passaram o ano de 2003 sem qualquer ajuste. A emenda de Ceron revogava o parágrafo único do Artigo 7º, estabelecendo que estes reajustes na tabela do Simples poderiam ser feitos automaticamente, sem a necessidade do governo remeter à Assembléia matéria específica para a alteração. De acordo com parecer da Procuradoria Geral do Estado, constante da mensagem de veto, a emenda era inconstitucional, enquanto o secretário da Fazenda, Max Bornholdt, argumentou que a proposta do parlamentar distorceria o princípio da não-cumulatividade. O veto foi derrubado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), mas em plenário os defensores da proposta não conseguiram os 21 votos necessários para sua manutenção.

- Veto parcial à mensagem de veto 225, relativa ao Projeto de Lei nº 028/03, de origem governamental, que reorganiza a estrutura administrativa e a remuneração dos servidores da Segurança Pública. O artigo vetado trata da integração de peritos criminais, médicos, químicos e odontologistas no subgrupo de peritos oficiais, integrados à Segurança Pública.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 184/03, do deputado Francisco de Assis (PT), que proíbe a cobrança, em todo o Estado, de qualquer tipo de pedágio, selo de vistoria ou tarifas similares a veículos de passeio, ou aqueles que estejam prestando serviços de transporte turístico intermunicipal, quando em circulação em municípios diferentes desses que estejam registrados, por parte dos órgãos municipais de trânsito, aos veículos de circulação intermunicipal.

- Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 39/03, do governo do Estado, que estabelece a distribuição e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros. O artigo vetado previa o aumento de 144 vagas no efetivo de funcionários civis da corporação. O líder do Governo, deputado Herneus de Nadal, explicou que o veto precisava ser mantido, pois a matéria feria a Constituição Federal, em seu Artigo 37, e Estadual no Artigo 21. "Este projeto previa que, após 10 anos em uma carreira de nível médio, poderia haver promoção para uma outra carreira de nível superior, sem ter, necessariamente, cursado uma faculdade, por isso seria inconstitucional", justificou.

- Veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 27/03, de autoria do deputado Julio Garcia (PFL). O projeto tornaria renovável, pelo prazo de até seis anos, a licença para tratamento de assuntos particulares concedida a servidor público estadual. Segundo o parlamentar, a redação do Artigo 77 da Lei 6.745, sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, é confusa e dá margens a qualquer interpretação que se deseje.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 72/01, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que estabelecia a obrigatoriedade da instalação de um hidrômetro para cada apartamento, nos condomínios residenciais, por ser inconstitucional. Conforme o autor, a proposta visava à cobrança individual da água consumida. "Uma família com sete pessoas paga o mesmo que uma pessoa que mora sozinha, o que

não é justo", argumentou.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 209/03, do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que autorizava o uso pelas polícias Civil e Militar de armas de fogo apreendidas e à disposição da Justiça. Segundo a Procuradoria Geral do Estado, a Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, veda expressamente a doação de armas apreendidas, a qualquer instituição, sem exceção.

- Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 38/03, de procedência do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o quadro de pessoal, cargos, funções e vencimentos dos servidores daquele órgão. O próprio Tribunal solicitou que o governo do Estado vetasse os parágrafos únicos dos artigos 14 e 42, por ferirem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

- Veto total à emenda substitutiva global ao PLC nº 23/03, de origem governamental, que alterava disposições do Estatuto do Servidor Público do Estado e do Estatuto do Magistério Público do Estado.

- Veto parcial ao Projeto de Lei nº 258/03, do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), que dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. O Executivo considerou inconstitucionais artigos que dispunham sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias de Estado e órgãos da administração pública; tratavam de matéria relacionada ao direito do trabalho, competência privativa da União, e disciplinavam o programa nacional, ferindo o princípio federativo que implica em autonomia administrativa das esferas federadas, conforme Artigo 18 da Constituição Federal.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 30/03, de autoria do deputado Julio Garcia (PFL), que assegurava a instalação de municípios. Conforme o procurador do Estado, Zênio Ventura, o projeto tratou de matéria que extrapola a competência do Poder Legislativo e contraria dispositivo da Constituição Federal.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 136, do deputado João Rodrigues (PFL), que obrigava a separação de presos nos estabelecimentos prisionais. De acordo com o deputado Herneus de Nadal (PMDB), compete privativamente à União legislar nacionalmente sobre o direito penal. Discordando do discurso de Herneus, o deputado João Rodrigues afirmou que a Comissão de Segurança Pública, em visita a algumas penitenciárias, constatou que pais de família que estavam presos devido ao atraso de pensão estavam dividindo a mesma cela com traficantes e outros bandidos. "Isso é um absurdo e precisamos lutar contra isso."

- Veto ao Projeto de Lei nº 390/03, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva (PT), que regulava a exploração e utilização de videoloterias, jogos de diversões eletrônicas e assemelhados. Para o governo, conforme argumentação da Codesc, esta atividade, além de grande empregadora, é uma das fomentadoras dos programas de assistência social e do desporto catarinense. Dionei pediu aos demais parlamentares que votassem a favor do veto. "Peço aos colegas que mantenham o veto, pois se rejeitarmos vamos contra o projeto do Governo Federal", ponderou.

Derrubados

- Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 37/03, de origem governamental, que trata de contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. O inciso III do Artigo 8º e o segundo parágrafo do Artigo 11 foram vetados por serem inconstitucionais. Para o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), essa iniciativa fere de modo grave a Constituição Federal. Conforme o deputado Paulo Eccel (PT), autor das emendas, o objetivo foi simplesmente adequar a legislação estadual à Lei Federal nº 8.745/93.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 11/03, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que autoriza o Estado a celebrar convênio para a criação de farmácias populares mediante franquias empresariais, para comercializar medicamentos genéricos com preços tabelados e margens de comercialização pré-estabelecida. Segundo Assis, Pernambuco possui 14 farmácias populares distribuídas na Grande Recife. Nestes estabelecimentos, os remédios chegam a ser 1.580% mais baratos do que em outras farmácias. Os genéricos estão 140% abaixo do valor de mercado. O governo havia vetado totalmente a matéria por considerar a proposta inconstitucional e contrária ao interesse público.

- Veto parcial ao Projeto de Lei nº 322/03, de origem governamental, que cria o Conselho Superior de Segurança. De acordo com o deputado Jorginho Mello (PSDB), a derrubada do veto sobre emenda foi consequência dos últimos acontecimentos no sul do Estado, com o fenômeno *Catarina*, pois o veto deveria ser rejeitado devido a vários problemas acontecidos atualmente.

- Veto total ao PLC nº 014/03, do deputado Onofre Agostini (PFL), que atualiza valores de emolumentos. Segundo o parlamentar, atualmente as notificações judiciais são feitas apenas pelos oficiais de Justiça. Agora, com a rejeição do veto, os cartórios sabem quanto cobrar pelas referidas notificações.

- Veto às emendas ao Projeto de Lei nº 275/03, que aprova o PPA (Plano Plurianual) para o quadriênio 2004-2007. A principal ressalva apontada pelas secretarias de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e a de Estado da Educação e Inovação incide sobre o Artigo 3º, parágrafo segundo, instituindo que "cada projeto de lei de revisão anual acrescentará, a título de informação, um novo exercício físico-financeiro à projeção do Plano Plurianual". Outra emenda estabelece a descentralização da Udesc, permitindo a instalação de campi em diversas regiões do Estado.

- Veto às emendas parlamentares ao Projeto de Lei nº 212/03, que dispõe sobre as normas de legislação tributária estadual. As emendas feitas pelo Legislativo estadual e que foram mantidas são:

1ª) dá nova redação ao inciso I do Artigo 184, acrescentando a Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas de Santa Catarina entre as entidades autorizadas a indicar um conselheiro e respectivo suplente para compor o Conselho Estadual de Contribuintes;

2ª) acrescenta o parágrafo 12 ao Artigo 196, dispondo que as ementas dos acórdãos do Conselho Estadual de Contribuintes deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado no prazo máximo de dez dias, e

3ª) dá nova redação ao Artigo 200, autorizando o contribuinte a propor procedimento administrativo de revisão contra decisão do Conselho Estadual de Contribuintes.

- Veto ao Projeto de Lei Complementar nº 16/03, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que altera, os parágrafos 8 e 9 do Artigo 99 da Lei Complementar nº 243/03, que estabelece a nova estrutura administrativa do Executivo. A Procuradoria Geral do Estado argumentou que a matéria é inconstitucional porque um projeto de origem parlamentar não pode dispor a respeito da estruturação e das atribuições das secretarias e dos órgãos da administração pública, pois pode acabar provocando aumento de despesas. "Acredito que tenha havido um equívoco na Comissão de Constituição e Justiça e no governo, pois é exatamente o contrário: esse projeto reduz as despesas", defendeu Vieirão.

Novos projetos são aprovados

Aproveitamento alimentar

Vai para a sanção governamental o Projeto de Lei 187/03, do deputado Herneus de Nadal (PMDB), que cria o *Programa de Aproveitamento de Alimentos Não-consumidos*, coordenado pela Vigilância Sanitária do Estado, para fomentar a atividade de captação e distribuição de alimentos, diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas, para pessoas, grupos ou famílias em estado de

deficiência.

Conforme emenda do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao projeto, o programa vai arrecadar junto às indústrias, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, sacolões ou assemelhados, alimentos industrializados, ou não, preparados, ou não, que, por qualquer razão, tenham perdido sua condição de comercialização. Isso, sem terem sido alteradas as propriedades

que garantam condições plenas e seguras para consumo humano atestado pela Vigilância Sanitária Estadual.

A mesma emenda determina que a coleta e a distribuição de alimentos aos beneficiários ocorrerão por meio de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, previamente cadastradas conforme critérios a serem definidos através do Conceca - SC (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional). (RV)



Deputado Herneus de Nadal

Bebidas alcoólicas nas escolas

Aprovado o Projeto de Lei nº 473/03, do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas no ambiente físico das escolas públicas e privadas nos estabelecimentos de ensino dos cursos fundamental, médio, superior, técnico e profissionalizante do Estado. A proibição atinge também as atividades extracurriculares. O parlamentar argumenta que o álcool causa dependência, sendo mais perigoso quando precocemente integra o hábito do jovem, adolescente e até mesmo da criança. Destaca ainda que o ambiente escolar não combina com o consumo desta droga pois desvirtua a sublime atividade dos educadores, que consiste em formar cidadãos melhores, mais felizes e mais livres. (RV)

Dia da Imprensa Catarinense

De autoria do deputado João Rodrigues (PFL), foi aprovado o Projeto de Lei 483/03, que institui o *Dia da Imprensa Catarinense*, a ser comemorado no dia 28 de julho. Segundo o parlamentar, nesta data, em 1831, foi fundado o primeiro jornal da Província de Santa Catarina, "O Catharinense", editado pelo lagunense Jerônimo Coelho, cujo primeiro número circulou na antiga Desterro. Ele acredita que o reconhecimento da nobre missão de informar vai permitir a realização de eventos alusivos em todo o Estado, com a participação dos profissionais da área, entidades de classe, instituições públicas e privadas, novas gerações de jornalistas, além de possi-



Deputado João Rodrigues

bilitar o resgate da memória de Jerônimo Coelho, personagem da história catarinense pouco conhecido de seus conterrâneos. (RV)

Lacres nos postos de combustíveis

Aprovado o substitutivo global do deputado Onofre Agostini (PFL) ao Projeto de Lei nº 290/03, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que determina que as distribuidoras de combustíveis ficam obrigadas a colocar lacres eletrônicos nos postos do Estado. A proposição específica os equipamentos a serem utilizados na operação, enfatizando que o substitutivo visa a coibir ou dificultar a sonegação

fiscal. A experiência de uma cidade paranaense atestou incremento no recolhimento de impostos na ordem de 20%.

A matéria determina ainda que a Secretaria Estadual da Fazenda, através das notas de compras e outros documentos, monitore com mais facilidade a aquisição e distribuição de combustíveis, possibilitando um incremento em torno de 40% na arrecadação. (RV)

Violência contra a mulher

Aprovado em plenário o Projeto de Lei nº 350/03, da deputada Ana Paula Lima (PT), que cria, no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde, o *Comitê Técnico Intersetorial de Acompanhamento de Notificações de Violência contra a Mulher*. O projeto estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher, atendidos em serviços da rede pública ou privada. Algumas mudanças foram introduzidas na matéria através de emenda modificativa do deputado Julio Garcia (PFL). Pelo Artigo 2º, os profissionais de saúde que prestam atendimento na rede pública e privada de saúde serão obrigados a notificar, em formulário oficial, todos os casos de violência contra a mulher acima de 18 anos, tipificados como violência física, psicológica ou sexual sofrida dentro ou fora do ambiente doméstico, de natureza intra ou extra familiar, com a concordância da vítima.

Diz ainda o projeto que caberá à Secretaria da Saúde prover as condições materiais para instalação e funcionamento do Comitê Técnico Intersetorial de Acompanhamento. Também do corpo técnico, oriundo dos quadros funcionais do governo do Estado, sem gastos para o Erário público, salvo disposição do governador. (RV)



Deputada Ana Paula Lima



Deputado Narcizo Parisotto

Agenda

Dia 5, 19 h - Audiência pública da Comissão de Transportes - Discussão do Plano de Gerenciamento Costeiro

Local: Câmara de Vereadores de Itajaí

Dia 5, 19 h - Lançamento da XI Fenajeeep - Festa Nacional do Jeep - Brusque

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 7, 13 h - 1ª Reunião do Fórum Parlamentar pela Reforma Política

Local: Sala das Comissões

Fenômeno Catarina provoca destruição no sul do Estado

2.110 pessoas desabrigadas, outras 13.620 desalojadas em 40 municípios do Sul do Estado. O cálculo do prejuízo material total para os catarinenses é de R\$ 1 bilhão. Na estatística da tragédia humana, 75 pessoas ficaram feridas gravemente e duas morreram. Quinhentas famílias perderam suas casas com os ventos que atingiram 150km/h, provocando, além de destruição e mortes, uma polêmica entre especialistas, desnecessária, no momento, para os atingidos.

(foto Neiva Daltrozo / SEI)

Mobilização imediata

No mesmo dia da passagem do furacão, o parlamento lançou campanha para arrecadação de doativos, começando pela mobilização dos seus servidores e dos parlamentares para as doações, que começaram a chegar pelas mãos da população da Grande Florianópolis.

Na manhã de terça-feira (30), deputados estaduais do sul do Estado, deputados federais, líderes de bancadas, a Defesa Civil e Secretaria de Articulação Estadual reuniram-se por iniciativa do presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT). Um dia antes, em Brasília, os deputados federais e senadores catarinenses e os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e das Cidades, Olívio Dutra, já haviam se reunido para definir ações. O governo federal anunciou a liberação do FGTS para os correntistas atingidos, além de auxílio

financeiro, prioritariamente às famílias com renda de até cinco salários mínimos, através dos programas de subsídio de programas de Subsídio Habitacional e Especial de Habitação Popular. Tudo depende agora da agilidade dos relatórios feitos pelas prefeituras. As bancadas catarinense e gaúcha criaram um grupo de trabalho formado por três parlamentares de cada Estado e representantes dos governos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para levantar quanto há de recursos no Orçamento da União deste ano em emendas coletivas e individuais para habitação popular, problemas com enchentes e catástrofes naturais. Querem sua rápida liberação, além de medida provisória para atender as vítimas do furacão.

O governo estadual autorizou a utilização de toda a capacidade do Fundo de Defe-



Mais de 20 mil residências foram danificadas

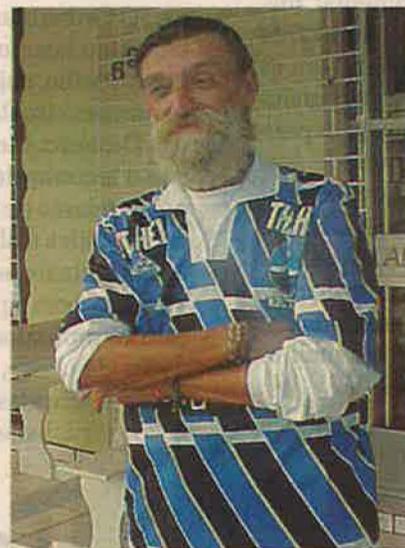
sa Civil, num total de R\$ 1,3 milhão. Doações financeiras podem ser feitas na conta corrente da Defesa Civil (802.500-5, agência 068-0 do BESC).

Primeiras doações são encaminhadas para os atingidos

Cerca de 3 toneladas em doativos, entre alimentos não-perecíveis, colchas, colchões e roupas, destinados às vítimas do Catarina, foram arrecadados pelo Legislativo e seguiram na manhã da última quarta-feira, para Passo de Torres. Os próximos municípios a receberem as doações deverão ser Balneário Gaivotas ou Arroio do Silva, também duramente castigados.

Campanha continua

A arrecadação continua. As doações devem ser encaminhadas à Alesc, no centro de Florianópolis, onde a Casa Militar estará trabalhando 24 horas por dia. Informações sobre como proceder podem ser obtidas pelos telefones (48) 221-2508 ou 221.2504. No interior do Estado, os postos e comandos da Polícia Militar também estão recebendo doativos (CA/DAB/GMP/MMV)



“No momento do furacão estava em Itapirubá, no norte de Laguna. Os ventos eram tão fortes que pensei em me apoiar e segurar as telhas. Mas senti que não conseguiria e resolvi colocar um colchonete embaixo de uma mesa e esperar que o destino decidisse o que aconteceria. Foi terrível. Não pretendo passar por outra dessas, nunca mais”.

José Luiz

(foto Jonas Lemos Campos)



Destroços de uma casa em Araranguá



Doativos continuam a chegar na Assembléia Legislativa